

Credores buscam dados sobre o controle de preços e correção

ESTADO DE SÃO PAULO

Dívida Externa

5 ABR 1985

**BRÁSILIA
AGÊNCIA ESTADO**

O subcomitê de economistas dos bancos credores passou a tarde de ontem no Ministério da Fazenda, procurando explicações para a adoção do controle de preços e a nova fórmula de cálculos da correção monetária, além dos problemas do déficit de caixa do Tesouro Nacional. Em nenhum momento, segundo fontes, os economistas liderados por Douglas Smee fizeram colocações sobre dinheiro novo ou a nova fase de renegociação da dívida externa.

Os economistas dos bancos credores, que vêm normalmente ao País fazer uma verdadeira auditoria das contas brasileiras, passaram duas horas com o secretário-geral da Fazenda, Sebastião Vital. Depois ficarão mais meia hora com João Batista de Abreu, secretário especial de assuntos econômicos. Anotaram tudo e não deram opinião.

Na Fazenda, eles perguntaram se o controle de preços não geraria ineficiência na alocação de recursos. A resposta foi de que o controle de

preços será mantido até que as políticas monetária e fiscal mostrem que estão efetivamente funcionando. O governo acha que o controle de preços tem um componente inclusive psicológico, no combate à inflação. Lembra o governo que o ex-ministro Simonsen, por exemplo, dirigiu a economia, durante cinco anos, com ampla utilização do controle de preços.

Com relação à nova fórmula da correção monetária, baseada na média geométrica das três últimas inflações, a Fazenda explicou que qualquer fórmula tem defeitos. Mas a atual, pelo menos, tem o mérito de eliminar incertezas no mercado, estabilizar os fluxos financeiros e abrir espaço para o governo colocar seus papéis no mercado. A Fazenda acha que, mesmo a inflação declinando, a fórmula deve ser mantida, porque o importante é manter a credibilidade do governo. Com isso, procurou responder a indagação dos credores, se a fórmula poderia constituir atrito na queda do processo inflacionário.

EMERGÊNCIA

Na medida em que o programa

de emergência necessita de recursos da ordem de Cr\$ 14 trilhões e o Tesouro Nacional só pode lhe assegurar Cr\$ 7 trilhões, a decisão terá de ser política e o Congresso Nacional precisará ser ouvido, afirmou ontem o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Vital.

O secretário-geral da Fazenda procurou desfazer, de vez, informações de que seria contrário ao programa de emergência, que ele próprio ajudou a elaborar, como membro da Copag (Comissão do Plano de Ação de Governo). "Ninguém de bom sendo ficaria contra um programa que destina merenda escolar, creche, mais remédios, etc" observou.

Disse que o programa de emergência, na medida que centralizar os programas sociais do governo, terá duas respostas altamente positivas: maior produtividade e liberação de recursos no momento exato das necessidades. Ele também defendeu a centralização e coordenação do programa num ministério da área social, porque "eles têm mais sensibilidade para isso".